

“UMA PERCEPÇÃO SOBRE
A DEFESA E A SEGURANÇA HEMISFÉRICA:
A SEGURANÇA HEMISFÉRICA;
A DEFESA EM ESPAÇOS REGIONAIS;
TROPAS DE PAZ.”

Cel R/1 RAYMUNDO GUARINO MONTEIRO

**CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - BRASIL**

IV ENCUENTRO NACIONAL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS

BUENOS AIRES, 17, 18, 19 SETEMBRO 2001

O PRESENTE TRABALHO REFLETE OPINIÕES PESSOAIS DO AUTOR. NÃO REPRESENTA AS POSIÇÕES OFICIAIS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG), NEM AS DO GOVERNO BRASILEIRO.

ABSTRACT

BRAZILIAN GEOPOLITICAL THOUGHT FROM 1980 ON HAS DEFINED SOUTH AMERICA AS AN AUTONOMOUS SPACE, AIMING NOT SO MUCH AT PROJECTING POWER OVER THE REGION AS TO AVOID POWER THREATS FROM THE OUTSIDE AS WELL FROM LOCAL ARMS RACES.

***“LOS HERMANOS SEAN UNIDOS, PORQUE ES LA LEY PRIMEIRA: TENGAM
UNIÓN VERDADERA EN QUALQUIER TIEMPO QUE SEA, PORQUE SI ENTRE
ELLOS PELEAN LOS DEVORAN LOS DE AFUERA”***

“MARTÍN FIERRO”

José Hernández
Do Folclore Gaúcho

***“LA AMÉRICA GARRIDA
HOY LEVANTA UM CLAMOR QUE SE DELATA
DE LA VEGA FLORIDA
DEL ORINOCO AL PLATA
QUE TURBOLENTO SU RANDAL DESATA”***

“AL LIBERTADOR BOLIVAR”

Rubém Dario

SUMÁRIO

I - BRASIL, PAÍS SUL-AMERICANO

II - A DEFESA HEMISFÉRICA

III - O BRASIL E A COOPERAÇÃO POLÍTICO-MILITAR NA AMÉRICA DO SUL

IV - TROPAS DE PAZ

V - CONCLUSÃO

I – O BRASIL, PAÍS SUL-AMERICANO

“OS PARÂMETROS DA HISTÓRIA NÃO PASSAM PELA AMÉRICA LATINA”

Um Ex-Secretário de Estado Norte-Americano

Em uma obra clássica de Geopolítica Brasileira, o autor, General Golbery do Couto e Silva demonstra o fato de que a posição geográfica do Brasil caracteriza-se pelo afastamento, não apenas dos principais eixos de circulação da riqueza mundial, mas também das principais linhas de tensão dos antagonismos internacionais. Se extrapolarmos o conceito, veremos que ele é válido para a América do Sul, como um todo.

O pensamento do geopolítico, na época da obra – 1952, marcado pela bipolarização – leste-oeste, já aponta para o deslocamento do foco da atuação brasileira para o seu entorno imediato, o que vai gerar na prática diplomática brasileira uma prioridade para a América do Sul.

Após a “Crise dos Mísseis”, em Cuba, em 1962, os latino-americanos que duas décadas atrás buscaram o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) com forma de uma aliança defensiva, constataram que esse vínculo era capaz de envolvê-los em conflitos alheios, aumentando, portanto, suas razões de insegurança; além de procurarem ficar imunes aos antagonismos, frutos das rivalidades ideológicas; sentiam a necessidade de manter a área longe dessa confrontação e caracterizá-la como uma área que sempre buscou, pacificamente, a solução de suas controvérsias e fricções.

A aliança defensiva mostrou sua inoperância quando do Conflito das Malvinas, em 1982, tendo então o EUA, líder do mecanismo, preferido enfatizar seus vínculos com o aliado preferencial, os britânicos e a OTAN, àqueles que uniam a Argentina, país-membro da aliança americana.

Essas conjunturas levaram o Brasil a propor, em 1962, a criação de uma “Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina”, posteriormente, consagradas no “Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)”. Em 1986, aconteceu a iniciativa brasileira da criação da “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS)”.

Exemplos recentes dessa prioridade diplomática sul-americana são o “Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)” e o processo de aproximação argentino-brasileiro, na área nuclear – “Declaração de Iguazu”, em 1990; e da “Declaração de Mendoza”; compromisso solene da proibição de armas químicas e biológicas que

envolveu, além de Argentina e Brasil, o Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Antes mesmo da Convenção Mundial sobre Armas Químicas em Genebra.

Na Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada em agosto de 2000, em Brasília, decidiu-se criar uma “Zona de Paz Sul-americana”. Reiterou-se assim, a percepção brasileira, que passou a ser compartilhada, por seus vizinhos de que o progresso duradouro se assenta sobre instituições democráticas, coesão social, competitividade econômica e no fortalecimento dos fluxos de cooperação na América do Sul.

Pode-se dizer assim, que a percepção sobre a segurança da América do Sul, na ótica brasileira, evoluiu desde a Guerra-Fria, de um espaço integrado por todas as Américas subordinado a uma lógica de confrontação global, para uma visão de uma América do Sul como área de características próprias e mais impermeável política, diplomática e militarmente a possíveis ameaças globais – a nossa geografia já nos torna longínquo desses problemas e nos deixa liberados para melhor concentração de nossos recursos no desafio do desenvolvimento e no resgate da dívida social. Ao mesmo tempo deixa claro de que a região não se constitui em ameaça à paz e a segurança internacional. O Brasil, mais consciente, em termos práticos de sua identidade sul-americana e dos limites de seu poder nacional para enfrentar o jogo internacional, vem trilhando um longo caminho conceitual de buscar em seus parceiros e vizinhos, uma alavanca importante para realizar o seu projeto de desenvolvimento nacional e da busca de uma autonomia relativa dentro da interdependência assimétrica que marca as relações internacionais contemporâneas.

II - A DEFESA HEMISFÉRICA

“ENFIM, AS ARMAS DE OUTREM, OU TE CAEM PELAS COSTAS, OU PESAM SOBRE TI, OU AINDA TE SUFOCAM”

Maquiavel - “O Príncipe”

Todo esforço brasileiro de isolar a nossa Região dos principais eixos de tensão mundial e de assim evitar possíveis justificativas para atuação de poderes extra-regionais; seja pela proposta de construção de áreas reservadas à paz, ao desarmamento e a não proliferação de armas de destruição em massa e engenhos nucleares; seja pela construção de foros de concertamento político, tais como Contadora e Rio de Janeiro, seja como demonstrações reiteradas de confiança e credibilidade a seus vizinhos; defronta-se a

Região, agora, com vulnerabilidades inesperadas em vistas da proeminência crescente dos problemas da chamada “Nova Agenda de Segurança”. Sanados os problemas da “velha agenda” apresenta-se com vigor os da “nova”.

As hipóteses capazes de ensejar intervenção internacional-unilateral ou multilateral, tais como direitos humanos, minorias étnicas, tecnologias sensíveis, democracia e meio ambiente; são superadas por uma questão concreta na região: O NARCOTRÁFICO, este usando o monopólio da violência e controlando áreas territoriais de país da área – A Colômbia.

O espaço hemisférico pode ser dividido em duas sub-regiões, tanto em termos geo-econômicos como geo-estratégicos. A primeira, fortemente integrada economicamente e detentora de alta tecnologia, é a mais relevante do ponto de vista da percepção de segurança global, é composta pelos EUA, Canadá, México, América Central, Caribe e Setentrião da América do Sul, particularmente, a Colômbia. A segunda seria a composta pelos países do Cone Sul. Entre as duas existe uma zona de transição, composta de alguns países andinos, que hesitam entre os dois conjuntos. Durante a IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, realizada em Manaus – Brasil, em outubro de 2000, o Brasil enfatizou a dificuldade de se imaginar uma visão única, hemisférica, de segurança para todo o continente americano, as realidades geográficas, políticas econômico-sociais e culturais das três Américas são distintas, e que é difícil imaginar uma visão única, hemisférica, de segurança, aplicável às três massas distintas.

No Cone Sul, o diálogo sobre defesa e cooperação político-militar tem evoluído em um ritmo satisfatório. Preocupa a percepção brasileira, iniciativas de vinculação de países do hemisfério com mecanismos de segurança extra-regionais.

A viabilidade de mecanismos regionais, próprios na área de defesa, parece prejudicada pela atuação exemplar no campo dos conflitos. A não existência de armas de destruição em massa; o modesto inventário de armamento, tropas e gastos militares, bem como a baixa probabilidade de conflitos entre Estados e a inexistência de um inimigo comum a região, em seu conjunto, dificulta os esforços para a aceleração sobre o diálogo da criação de um novo Sistema de Defesa Hemisférico, além do mais demandas por segurança dos países da área que enfrentam graves instabilidade econômico-sociais tornarão os temas não tradicionais e não militares mais importantes e imediatos, bem como premente a solução do crime organizado e do narcotráfico.

Na visão brasileira, qualquer auxílio à Colômbia deverá respeitar os princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da não-ingerência nos assuntos internos de outros países. Linhas mestras que, tradicionalmente, têm norteado a ação externa brasileira.

No plano externo, o Brasil tem acompanhado ativamente os desdobramentos recentes no âmbito da defesa hemisférica. Vários fatos importantes ocorreram nos últimos cinco anos, como a criação, em 1995, pela Organização dos Estados Americanos - OEA, da Comissão de Segurança Hemisférica, dedicada a considerar de modo sistemático e exclusivo o tema da segurança e da defesa nas Américas; as Reuniões Ministeriais de Defesa das Américas, iniciadas em 1995 com a reunião de Williamsburg, e cuja meta é a de estabelecer o diálogo entre Ministros de Defesa dos países americanos; e a criação, em 1997, do Centro para Estudos Hemisféricos de Defesa, cujo propósito é o de promover o intercâmbio de idéias entre os Estados Unidos e os países do sistema interamericano em torno do tema da segurança.

III – O BRASIL E A COOPERAÇÃO POLÍTICO-MILITAR NA AMÉRICA DO SUL.

“COMO DILEMA DE SEGURANÇA ENTENDE-SE A POSSIBILIDADE DE INSEGURANÇA DE ALGUNS ATORES, COMO INOPINADA DO AUMENTO DE SEGURANÇA DE OUTROS”

Robert Jarvis

“Perception and Insperception in Internacional Politics”

Embora tudo indique que não haja fatores imediatos que requeiram um Sistema Coletivo de Segurança na América do Sul, a atual integração, que já se processa acelerada nas demais Expressões dos nossos Poderes Nacionais, levará, fatalmente, a esta complementaridade. Assim, acreditamos que o intercâmbio de idéias e os estudos, mais amiúde, acerca de ações para a realização do Sistema, deve ser o primeiro passo para a sua efetiva concretização, bem como para ampliar o espírito de confiança que deverá reinar neste Sistema.

Uma análise da composição do Poder Mundial na presente conjuntura nos permite dizer que a relação de forças pode ser classificada de multipolar, se considerarmos que várias grandes potências estão se relacionando e ganhando grandeza planetária em níveis econômicos; mas também é possível classificá-la de unipolar, na medida que uma

única superpotência tenta controlar o relacionamento entre as grandes potências, procurando dessa forma comandar e dirigir as relações internacionais. A enorme quantidade de mudanças nas relações de segurança dentro daquelas, certamente, produzirá conseqüências diretas e indiretas no trato de assuntos de segurança pelos integrantes da periferia - isto é, os países em desenvolvimento. Possivelmente, o relacionamento centro-periferia deverá mudar. Muitas destas mudanças se processarão em clima de crises político-estratégicas.

A nossa cooperação militar não irá criar ao sul do Continente Americano um poder capaz de enfrentar uma grande potência, mas inegavelmente, terá uma enorme capacidade dissuasória, como é fácil compreender. Renunciar a essa possibilidade é aceitar a condição de NAÇÃO de segunda classe, dentro de um sistema colonial, apenas um pouco mais sutil do que prevaleceu no século passado e, que, se não for enfrentado, tornará perene a atual distribuição mundial de riqueza, injusta e, para nós brasileiros, inaceitáveis.

O Estado Brasileiro tem uma visão doutrinária e pressupostos básicos sobre alianças e segurança coletiva.

São Pressupostos Básicos da visão brasileira sobre alianças e segurança coletiva os seguintes princípios:

- no quadro interamericano, o Brasil estimulará a Política de soluções pacíficas dos conflitos e controvérsias;
- sustentará o princípio de autodeterminação dos diferentes Estados e defenderá a manutenção do "status quo" quanto ao seu espaço territorial;
- no quadro mundial e de segurança internacional, o Brasil apoiará todos os movimentos de manutenção da paz; para isso, prestigiará a ação dos organismos internacionais, no que não interferir com a Soberania Nacional;
- impedirá, a qualquer preço, a violação da integridade do patrimônio nacional;
- participará do mecanismo de segurança coletiva, sem abdicar de ação independente;
- o Brasil só recorrerá ao conflito armado após esgotadas as possibilidades de solucionar, por negociações diretas, arbitragem e

outros meios pacíficos, os conflitos externos em que o País venha a envolver-se;

- a República Federativa do Brasil cooperará, sempre, com a integração economia, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Quanto à visão doutrinária achamos que a íntima relação entre segurança nacional e segurança coletiva não implica na prevalência desta última sobre aquela, como se fosse um último estágio de segurança. Ao contrário, a segurança coletiva é uma complementação da segurança nacional, a cujo serviço deverá estar dessa.

Assim, acreditamos que o Poder Nacional pode ser fortalecido pelo apoio de alianças ou instrumentos de Segurança Coletiva, buscando principalmente a conjugação de interesses recíprocos.

Acreditamos, no que diz respeito à segurança externa, sem prejuízo da soberania, que a segurança coletiva será uma atividade sensata que os Estados devem exercer.

O Brasil não aceitará Aliança ou Mecanismos de Segurança que criem novos conceitos de defesa orientados para a manutenção de estabilidade dos governos constituídos, em face das ameaças internas, como narcotráfico ou terrorismo, nem em instituições com autoridade para realizar inspeções em Território Nacional.

A estruturação que o Brasil supõe como ideal deverá basear-se na interdependência e na cooperação.

O Brasil está se empenhando no sentido de estabelecer, com seus vizinhos sul-americanos, canais que afastem definitivamente a possibilidade de conflito armado na região e promover, não a formação de alianças militares no sentido clássico, e sim o reforço do diálogo no nível da concepção de políticas de defesa, dentro do marco democrático, entre os países da América do Sul.

IV – TROPAS DE PAZ

***“FAZER A PAZ NÃO É ASSUNTO PARA MILITARES, PORÉM SOMENTE ELES
PODEM FAZÊ-LA”***

Dag Hammajöld
Ex-Secretário-Geral da ONU

O fim da bipolaridade fez aumentar o número de conflitos no mundo e crescer a diversidade de tarefas que a ONU tem que exercer para cumprir o seu papel de mantenedora da paz.

As tarefas atribuídas às Operações de Paz têm evoluído aceleradamente nos últimos anos e hoje, basicamente, podem ser de três naturezas:

- funções militares, como observação de armistícios e de cessar fogo, supervisão de retirada das forças antagônicas, monitoramento de zonas desmilitarizadas, trabalho de acantonamento, aquartelamento e desmobilização, prevenção de ingerência de terceiros, retirada de minas, proteção da infraestrutura econômica dos países etc.;
- funções políticas, como assegurar a lei e a ordem, assistir o estabelecimento de instituições democráticas, assumir a administração transitória de países sob a intervenção da ONU; organizar, coordenar e monitorar eleições, etc;
- funções de assistência à população civil, como ajuda humanitária e outras formas de cooperação, que têm gerado muitas controvérsias devido às idéias divulgadas sobre um suposto direito de ingerência ou a relatividade do princípio de soberania dos Estados, na esteira das ações levadas a cabo no Norte do Iraque em favor dos curdos, em 1991.

Na realidade, há uma tendência para que o emprego de Forças de Paz passe a incorporar um papel humanitário nos seus mandatos, de modo rotineiro, em face das crescentes dificuldades encontradas pelos organismos governamentais e não governamentais para implantar programas assistenciais, constituindo, no entanto, uma ingerência no princípio de autodeterminação dos povos. O incremento de suas necessidades obrigou à ONU solicitar um número cada vez maior de meios aos Estados-Membros, não só de forças militares como também de elementos civis das mais variadas categorias, para restabelecer a paz e mantê-la em diversas partes do mundo.

O nosso País tem sido solicitado a colaborar com a ONU e vem atendendo, na medida do possível, a estas solicitações e são evidentes os benefícios auferidos pelas Forças Armadas Brasileiras, em particular, e para o Brasil, em geral, com a participação nos contingentes internacionais da ONU. Entre os primeiros, podem ser relacionados à

grande motivação profissional proporcionada aos que pretendem integrar as Forças de Paz, estimulando o aprendizado de idiomas e a perseguição de melhor aprestamento individual. A par disso proporciona o aprimoramento dos efetivos, concedendo-lhes maior experiência profissional e vivência internacional ampliando seus conhecimentos nos campos do planejamento, mobilização, aprestamento e doutrina. Paralelamente, proporciona às Forças aumentarem seus conhecimentos sobre as áreas onde irão atuar analisando fatores históricos aspectos culturais e conjunturais. Também positivo têm sido intercâmbio com militares de outros países e, especialmente, o reconhecimento internacional do valor do militar brasileiro, projetando a confiabilidade e o prestígio do País no concerto das nações.

Para o Brasil os benefícios políticos são a consolidação de suas tradições históricas, sua visão pacífica no imaginário coletivo internacional, a formação do conceito de potência emergente capacitada a exercer um papel relevante no cenário internacional e a observação de como se constrói a paz em países convulsionados. Respeitando em primeiro lugar o princípio da autodeterminação dos países, a intervenção de tropas brasileiras deve-se restringir, em princípio, às áreas onde a paz já foi obtida, mas precisa ser mantida, e haja concordância em nossa participação para a conquista e manutenção dos objetivos desejados.

V – CONCLUSÃO

“DEFESA MELHOR QUE A COURAÇA E O ESCUDO É A SANTA INOCÊNCIA DO PEITO DESNUDO”

Tasso
“Jerusalém Libertada”

Embora o mundo esteja envolvido numa imagem de mudanças, ele também traduz a idéia de que não se deve tomar algo como novo apenas porque se diz que ele é ou parece ser.

Alem disso, pode nos alertar para sempre procurarmos ver além das aparências, pois cada cenário é ele mesmo e suas origens, deve-se ter em conta que este fato não representará do ponto de vista histórico, qualquer descontinuidade.

Assim, ao há como esperar nada muito diferente do que estiver sendo engendrado pelos próprios conflitos de hoje, pelo sentido de cooperação dado aos esforços das nações, pela pressão social, por menos miséria e mais justiça, e pelas respostas ao

desafio da mudança. Não se pode deixar as coisas simplesmente acontecerem. É preciso definir, optando, clara e decididamente, pelo tipo de papel que se quer ver desempenhado pelas Forças Armadas Sul-Americanas nos cenários futuros já perceptíveis.

Do contexto desta contribuição, concluímos:

- a) não há como esperar gestos de compreensão e boa vontade internacional para a solução dos problemas dessa região;
- b) é previsível um aumento das pressões internacionais para a solução de problemas globais ou de problemática social diminuindo as razões internas de insegurança;
- c) a primeira prioridade das nações sul-americanas continua a ser, a reversão das tendências de sua problemática social, diminuindo as razões internas de insegurança;
- d) as Forças Armadas Sul-Americanas devem se preparar para atuar como fator de dissuasão no que concerne as tentativas de intervenção de governos de nações mais desenvolvidas;
- e) devem, também, permanecer preparadas para assegurar a ordem interna nos limites de sua competência constitucional;
- f) devem, ainda, continuar participando de ações em prol do desenvolvimento, por ser este o custo menor da manutenção da segurança.

Estas são as grandes linhas.

Neste quadro de mudanças que marca o nosso tempo, uma década é amanhã. Portanto, as decisões são para hoje. Definir o adequado percentual do PIB a ser alocado às Forças Armadas, ter presente as missões específicas da Marinha, do Exército e da Força Aérea no cenário de ameaças previsto, redesenhar a articulação dessas Forças, repensar o nível de cooperação militar dos países sul-americanos e, sobretudo, agir em consonância com tudo isto, conformam tarefas imediatas.

Para que sejam levadas a cabo eficazmente, é necessário haver não apenas competência militar, mas visão política.

A condução do destino comum das nações sul-americanas, realizada com uma perspectiva dessa natureza, levará certamente ao aprofundamento da compreensão entre os povos dessa região, de maneira geral, e de suas elites, em particular. Aí se situam

os esforços para a busca do entendimento cada vez mais amplo entre as Forças Armadas dos países da área, a ser traduzido em atos claros e inequívocos de cooperação que transcendem eventos historicamente ultrapassados.

Marchando decididamente por um novo tempo, marcado pela convicção da importância da atuação conjunta em tudo o que for de interesse comum, podemos reafirmar sabedoria e participação nas decisões internacionais, provando, também em termos mundiais, **seremos competentes para fazer História.**

BIBLIOGRAFIA

1. CARDOZO, Fernando Henrique – Presidente – Mensagem ao Congresso Nacional, Brasília/2001.
2. DAVESE, Sergio F. – O Brasil e a América do Sul: Apontamentos para a História de uma Convergência. Revista Política Externa – Vol 9 – nº 4, Abr/Mai 2001.
3. LAMAZIÈRE, Georges - Cooperação Político-Militar na América do Sul – Texto apresentado no Seminário Franco-Brasileiro – “Diálogo sobre Questões de Defesa e Segurança” – Paris – França, 28/10/2000.
4. MONTEIRO, Raymundo Guarino – Tropas de Paz na ONU, ESG/2000.
5. MONTEIRO, Raymundo Guarino – Sistema Coletivo de Defesa no Cone Sul, ESG/2000.
6. SANTOS, Luiz Carlos de Albuquerque – A Modernização das Forças Armadas dos Países do Cone Sul, ESG/2000.